

Edição v. 45
número 2 / 2026

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 45 (2)
mai/2026-ago/2026

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

O que está acontecendo aqui?:
apropriações teóricas e metodológicas
do conceito de enquadramento no
campo da Comunicação^{1 2}

What Is Happening Here?: Theoretical
and Methodological Appropriations of
the Concept of Framing in the Field of
Communication

FELIPE MESSIAS

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, BRA.

E-mail: felipemessias86@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8966-2796>

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Agradeço à professora dra. Lucianna Furtado pela leitura generosa, pelos comentários e pelos diálogos, sem os quais esse artigo não poderia ter sido escrito.

PPG|COM Programa de Pós Graduação
COMUNICAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO UFF

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MESSIAS, Felipe. O que está acontecendo aqui?: apropriações teóricas e metodológicas do conceito de enquadramento no campo da Comunicação. **Contracampo**, Niterói, v. 45, n. 2, p. 01-18, mês./mês. 2026.

Submissão em: 21/01/26. Revisor A: 27/03/26; Revisor B: 17/04/26. | Segunda rodada - Revisor A: 18/05/26; Revisor B: 25/05/26. Aceite em: 29/05/26.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v45i2.70479>



Resumo

Este trabalho tem como objetivo central investigar como o conceito de enquadramento foi mobilizado em 62 artigos publicados em revistas da Comunicação com avaliações Qualis-Periódicos A1, A2, A3 e A4. Para isso, partiu de uma breve recuperação do conceito e do estudo de Mendonça e Simões (2012). Em seguida, foram apresentados os procedimentos metodológicos e os dados coletados. Por fim, foram compartilhadas as análises dos dados e propostas algumas reflexões a respeito das lacunas e das possibilidades de fortalecimento das apropriações do conceito. A partir deste estudo, foi possível observar uma predominância de estudos que analisam objetos jornalísticos, um uso predominantemente metodológico do conceito e um silenciamento sobre as relações de poder que dão sustentação aos fenômenos analisados..

Palavras-chaves

Enquadramento; Metapesquisa; Epistemologia.

Abstract

The main objective of this study is to investigate how the concept of framing has been employed in 62 articles published in Communication journals rated A1, A2, A3, and A4 by Qualis-Periódicos. To achieve this, the study begins with a brief review of the concept and the research by Mendonça and Simões (2012). Next, the methodological procedures and collected data are presented. Finally, the data analyses are discussed, offering some reflections regarding the gaps and possibilities for strengthening the concept's appropriation. This study revealed a predominance of research analyzing journalistic objects, a primarily methodological use of the concept, and a silence regarding the power relations underlying the phenomena analyzed.

Keywords

Framing; Metaresearch; Epistemology.

Introdução

Há 25 anos, Vera França (2001) advogava pela necessidade de estabelecer-se um debate mais consistente sobre paradigmas, teorias e metodologias da Comunicação. Hoje, por outro lado, encontramos um terreno mais sólido. Já podemos caminhar com mais segurança e afirmar não apenas as bases teóricas do campo, como também sua tradição epistemológica e metodológica. Ainda que marcada por um processo de transdisciplinaridade, a Comunicação aporta uma contribuição essencial ao estudar de maneira profunda e sistemática práticas sociais, interações e processos de produção, circulação e interpretação de sentidos – tudo isso sem perder de vista o inerentemente comunicacional.

Neste contexto, embora não tenha surgido no campo da Comunicação, a teoria dos quadros de sentido (Bateson, 2025; Goffman, 2012) oferece uma importante contribuição para a análise de fenômenos comunicacionais. É possível que esse seja um dos motivos pelos quais esse aporte teórico-metodológico ganhou um significativo espaço no campo, isto é, por permitir análises complexas dos principais objetos sinalizados por França (2001): os meios de comunicação, ou a mídia – com ênfase no jornalismo, como demonstram os resultados da presente metapesquisa –, e os processos comunicativos ou interacionais – tendo estes ficado em segundo plano no *corpus* analisado. É a partir disso que se justifica o presente estudo, isto é, a investigação de como o conceito de enquadramento tem sido mobilizado no campo da Comunicação.

Uma vez que a teoria dos quadros de sentido (Bateson, 2025; França; Silva; Vaz, 2014; Goffman, 2012) tem sido frequentemente mobilizada no campo da Comunicação, assim como demais perspectivas desenvolvidas em torno do enquadramento (Butler, 2015; Entman, 1993), parece relevante investigar como elas têm sido utilizadas na área, de modo a identificar percursos promissores, pontos vulneráveis e lacunas a serem preenchidas. Além disso, o panorama apresentado por Mendonça e Simões (2012) contribui para avaliar se as tendências vislumbradas se confirmaram. Como foi apontado naquela ocasião, a riqueza e abertura do conceito oferecem riscos e possibilidades. E, no presente artigo, busco desenvolver uma análise crítica que tome como base inegociável aquilo que é inerentemente comunicacional uma vez que, ao tratar de aportes de diferentes disciplinas, essa dimensão fundamental pode acabar negligenciada.

A partir do exposto, este trabalho adota como objetivo central verificar como o conceito de enquadramento foi mobilizado, nos últimos dez anos, em artigos publicados em revistas da área mãe Comunicação e Informação e Museologia com avaliações Qualis-Periódicos A1, A2, A3 e A4. Para isso, se divide em três partes, além desta introdução e das considerações finais: breve recuperação do conceito e do estudo de Mendonça e Simões (2012); apresentação dos procedimentos metodológicos e dos dados coletados; apresentação e análise dos dados, além de reflexões a respeito das lacunas e das possibilidades de fortalecimento das apropriações do conceito.

A presente metapesquisa partiu de algumas hipóteses, construídas a partir de estudos anteriores e de pesquisa exploratória no campo, a saber: 1. há uma predominância significativa do jornalismo nos estudos de enquadramento; 2. as relações de poder não são consideradas como centrais nas pesquisas de enquadramento; 3. as principais referências são Erving Goffman (2012), Robert Entman (1993) e Judith Butler (2015, 2023). Após a análise, a primeira e a segunda hipóteses se confirmaram totalmente, e a terceira, parcialmente. Os resultados sugerem, ainda, uma predominância de estudos que analisam objetos jornalísticos, preferência pelo uso majoritariamente metodológico do conceito e um silenciamento sobre as relações de poder que dão sustentação aos fenômenos analisados.

Os dados apontam, ainda, para uma dispersão e falta de sistematização no uso do conceito, conforme previsto por Mendonça e Simões (2012). A partir disso, foi possível verificar um afastamento das origens do enquadramento, isto é, como ferramenta teórico-metodológica significativa para a análise de situações interativas. Ressalta-se, inclusive, a pouca atenção que tem sido dada à riqueza teórica do enquadramento, mobilizado, em muitos casos, como uma ferramenta exclusivamente metodológica

– conforme será discutido mais à frente. Argumento, diante dos resultados do presente trabalho, que ignorar esse importante aspecto do enquadramento pode contribuir para a produção de análises significativamente mais frágeis e superficiais.

Estabelecendo a moldura de análise

O trabalho de Goffman (2012) é uma referência recorrente no campo da comunicação, e contribui para evidenciar a forma como questões abrangentes, organizadoras da sociedade, se manifestam nas interações do cotidiano. Não obstante o conceito de enquadramento tenha sido proposto, primeiramente, por Bateson (2025), com foco na psicologia, Goffman foi quem sistematizou sua utilização para a observação das interações sociais de uma forma mais ampla, fazendo com que seu nome ficasse mais relacionado ao conceito (Mendonça; Simões, 2012).

A respeito das diversas práticas comunicativas do cotidiano, tem-se que, “mesmo as mais simples, podem ser altamente reveladoras das maneiras como a sociedade pensa, age e vê a si mesma, incluindo suas divisões, estereótipos e preconceitos” (Martino, 2021, p. 47). Berger (2012, p. 17, grifo nosso) postula que os quadros de sentido são o conjunto das “regras implícitas que, por ‘definirem a situação’, configuram os significados gerados dentro dela. [...] os ‘quadros’ referem-se a essa dimensão inevitavelmente relacional do significado”. Goffman, por sua vez, coloca que

as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. [...] Minha expressão ‘análise de quadros’ é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (Goffman, 2012, p. 34).

Mendonça e Simões (2012) desenvolveram uma importante sistematização de como o conceito tem sido utilizado, com foco no campo da comunicação. A autora e o autor oferecem uma classificação desses usos, a partir de observação de trabalhos que também buscam sistematizar o conceito. Dessa forma, postulam três principais modos de apropriação do enquadramento, especialmente relacionados aos objetos de análise: 1. situações interativas; 2. conteúdos discursivos; 3. efeitos estratégicos. Os dois primeiros possuem vantagens e riscos e, para aproveitar o melhor potencial de cada um, sugere-se utilizá-los de modo combinado. Já o terceiro, por sua vez, é definido como inadequado uma vez que “é preciso perceber que essa vertente se encontra em claro atrito com algumas das premissas da própria noção de enquadramento” (Mendonça; Simões, 2012, p. 196). Tal afirmação se baseia no fato de que

Bateson e Goffman buscam superar o individualismo metodológico que coloca a construção dos frames sob controle de indivíduos isolados. Em ambos os autores, os enquadramentos não são pensados como estratégias ou ângulos mobilizados para produzir certos efeitos (Mendonça; Simões, 2012, p. 196).

Embora o trabalho de Mendonça e Simões (2012) não seja uma metapesquisa, oferece um olhar panorâmico, uma categorização significativamente relevante, além de mencionar casos exemplares para cada uma delas. Citam, ainda, trabalhos que buscam apreender os modos de utilização do enquadramento; alguns, inclusive, aparecem como referências importantes dos artigos analisados nesta metapesquisa (D’Angelo, 2002; Gamson, 1992; Gitlin, 1980; Porto, 2004).

A riqueza teórica e analítica do conceito o torna significativamente importante no campo da comunicação, embora seu uso demande atenção a seus princípios fundamentais (Mendonça; Simões, 2012): algumas vezes o enquadramento parece utilizado de modo pouco adequado, considerando-se que, possivelmente, outras abordagens teórico-metodológicas poderiam aderir de modo mais significativo aos contextos de análise.

Em diálogo com Mendonça e Simões (2012), Pozobon e Schaefer (2014) propõem uma análise com ênfase na definição conceitual e em como ela tem sido desenvolvida no campo da comunicação. Gonçalves (2005), por sua vez, toma como foco o contexto jornalístico, enquanto Porto (2004) se preocupa com o impacto da mídia na comunicação política, além de oferecer contribuições relevantes para uma melhor mobilização conceitual. A resenha de Hangai (2012) visita a obra de Goffman (2012), que demorou quase 40 anos para ser publicada no Brasil.

Por se tratar de um artigo publicado pouco tempo antes do marco inicial da coleta de dados desta metapesquisa, parece não haver, ao menos especificamente no campo da comunicação, no Brasil, outros esforços semelhantes ao de Mendonça e Simões (2012) para oferecer um panorama dos estudos que utilizam o conceito de enquadramento. Neste sentido, esta metapesquisa procura estabelecer um diálogo direto com esse trabalho, visando observar quais tendências permanecem, quais foram modificadas e quais os riscos previstos nesta publicação de 2012 se confirmaram nos artigos analisados.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho partiu do interesse em analisar como artigos publicados em periódicos da Comunicação têm se aproximado das teorias dos enquadramentos entre 2015 e 2024, os dez anos anteriores à coleta de dados da presente metapesquisa. Conforme discutido por Mendonça e Simões (2012), esta é uma teoria central do campo, com diferentes possibilidades e riscos. Para dar conta de tal estudo, foram coletados artigos publicados em revistas brasileiras da área mãe *Comunicação e Informação e Museologia*, conforme lista disponibilizada pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS com avaliações Qualis-Periódicos A1, A2, A3 e A4 — extrato no qual estão as publicações mais bem avaliadas do campo — no quadriênio 2017-2020. Foi utilizada como referência a lista disponibilizada por Furtado (2024). A partir disso, foram incluídos na coleta de dados os seguintes periódicos: *Comunicação & Educação*; *Comunicação & Inovação*; *Comunicação, Mídia e Consumo*; *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*; *Contracampo*; *Discursos Fotográficos*; *E-Compós*; *Eco-pós*; *Esferas*; *Estudos em Jornalismo e Mídia*; *Famecos*; *Fronteiras: Estudos Midiáticos*; *Galáxia*; *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*; *Intexto*; *Logos: Comunicação e Universidade*; *Lumina*; *Matrizes*; *Observatório*; *Organicom*; *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*; *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*; *Revista Brasileira de História da Mídia*.

Após selecionar os periódicos, busquei pela palavra *enquadramento* por meio da ferramenta disponibilizada no site de cada revista e coletei todos os resultados. A busca inicial retornou 187 resultados. O número máximo de resultados, em uma mesma revista, foi 27 na *Matrizes*, embora, após o tratamento dos dados, apenas um artigo desta revista foi efetivamente analisado. A *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação* não retornou nenhum resultado – caso significativo, considerando a pouca quantidade de artigos com reflexões prevalentemente teóricas sobre o conceito. Tal resultado ecoa o que se observou na análise, isto é, que os artigos tendem a dar menos importância à riqueza teórica do conceito, optando por um uso predominantemente metodológico.

Em seguida, realizei a etapa de tratamento dos dados. Foram desconsiderados artigos duplicados – publicados na mesma revista em idiomas distintos –, artigos publicados exclusivamente em outros idiomas e editoriais. Posteriormente, a pesquisa pela palavra *enquadramento* no conteúdo de cada texto permitiu diferenciar seu uso para descrever um recurso técnico da câmera ou como elemento puramente denotativo de suas articulações teórico-conceituais ancoradas em referências específicas, da Comunicação ou não. Como critério de inclusão, optei pelos trabalhos que desenvolviam o conceito a partir de alguma referência teórica, isto é, aqueles que citavam, no texto, alguma referência bibliográfica próxima ao conceito. Ainda nesta etapa inicial, a leitura dos resumos contribuiu para verificar a centralidade do

enquadramento na publicação, permitindo que fossem excluídos estudos nos quais o enquadramento é utilizado a partir de seu uso denotativo pela autoria referenciada.

Após estes tratamentos, o número total de artigos efetivamente utilizados para análise é de 62, distribuídos da seguinte maneira:

- Revistas Qualis A1: 1 artigo
- Revistas Qualis A2: 14 artigos
- Revistas Qualis A3: 34 artigos
- Revistas Qualis A4: 13 artigos

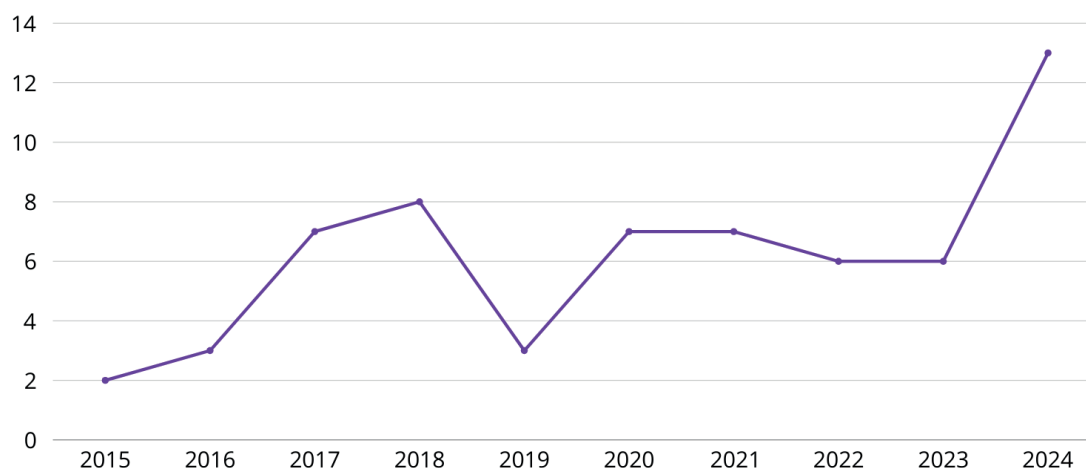
De modo geral, o seguinte protocolo foi desenvolvido inspirado tanto em outras metapesquisas (Bonin, 2022; Montoro; Ferreira, 2014; Moreira Mendes; Mattos; Oliveira Dos Santos, 2023; Purificação Melo, 2023; Quesada Tavares; Goulart Massuchin; Lima De Sousa, 2021; Simões et al., 2020) quanto em reflexões provenientes dos diálogos ocorridos durante a disciplina *Metapesquisa em Comunicação e Interseccionalidade*, ministrada pela professora dra. Lucianna Furtado. Além disso, foram consideradas questões que pareceram relevantes a partir da etapa de tratamento inicial dos dados. Para interrogar o *corpus* deste trabalho, foram elaboradas as seguintes questões:

1. Quais são as palavras-chave utilizadas?
2. Quem são as pessoas autoras que mais publicaram sobre o conceito?
3. Quais as instituições das pessoas autoras?
4. Com qual frequência a palavra *enquadramento* aparece nas palavras-chave?
5. Quem são as referências utilizadas para ancorar o conceito de *enquadramento*?
6. Quais palavras com função adjetiva estão vinculadas a palavra *enquadramento*?
7. O *enquadramento* é mobilizado com foco mais teórico ou metodológico?
8. Produtos jornalísticos são o principal objeto dos estudos?
9. No caso de enquadramento jornalístico, qual poder é atribuído à mídia? A agência do público é reconhecida?
10. Existem artigos com foco ou diálogo direto com estudos de recepção, que analisam a aderência ou não do público aos enquadramentos propostos, por exemplo?
11. Em quais contextos a *análise de enquadramentos* é mobilizada? Existem textos que utilizam a teoria dos quadros de sentido para analisar interações face a face?
12. As relações de poder são consideradas nas análises? São apenas mencionadas ou são consideradas de maneira aprofundada, incluindo referências específicas?

Foram analisados os artigos publicados nas seguintes revistas: *Matrizes* (1), *Ecompós* (3), *Famecos* (2), *Intercom* (3), *Observatório* (6), *Comunicação, Mídia e Consumo* (3), *Contracampo* (4), *Eco-pós* (5), *Estudos em jornalismo e mídia* (9), *Fronteiras* (2), *Galáxia* (3), *Intexto* (5), *Reciis* (3), *Comunicação e inovação* (2), *Contemporânea* (2), *Esferas* (2), *Lumina* (3), *Organicom* (1) e *Revista brasileira de história da mídia* (3), totalizando 62 artigos. A partir desses números, temos que a média anual de publicações, por revista, é de 0,3 textos – um número significativamente baixo, dada a centralidade do conceito no campo. A quantidade de artigos publicados por ano pode ser visualizada no Gráfico 1.¹

¹ Foi considerado o ano nominal, isto é, o ano presente no cabeçalho/rodapé do artigo ou no site da revista.

Gráfico 1 – Anos de publicação

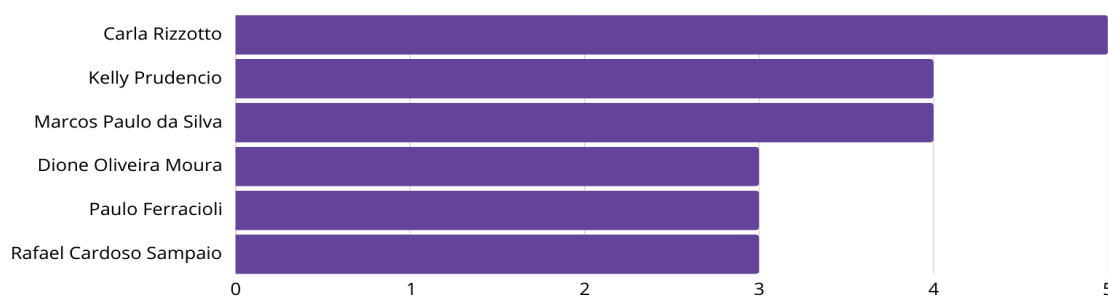


Fonte: Produzido pelo autor.

Embora o ano de 2024 apresente um aumento significativo de artigos publicados, não foi possível identificar, a partir da análise do corpus, o motivo deste aumento. Neste ano, não foi publicado qualquer dossiê relacionado diretamente ao enquadramento, tampouco os artigos se concentram em poucas revistas, mas em 11. Neste contexto, vale ressaltar que a *Revista brasileira de história da mídia* publicou, neste ano, um dossiê sobre os 60 anos do golpe civil-militar no Brasil. Confirmando a tendência observada no corpus, os dois artigos publicados no dossiê que foram analisados nesta pesquisa realizam a análise de coberturas jornalísticas (Maia; Silvado, 2024; Santa-Cruz; Luciano, 2024). A revista *Esferas*, por sua vez, publicou, em 2024, o dossiê *Acontecimentos que (nos) afetam: crises, conflitos e resistências*. Os dois artigos publicados se debruçam sobre objetos midiáticos, a saber, a cobertura televisiva (Barbosa Fialho Martins, 2024) e as redes sociais digitais (Duarte; Moreira Barroso, 2024).

Dos artigos analisados, 50 (80%) foram escritos por mais de uma pessoa, outro número bastante significativo. As pessoas que publicaram três ou mais artigos sobre o conceito de enquadramento no período analisado podem ser verificadas no Gráfico 2.

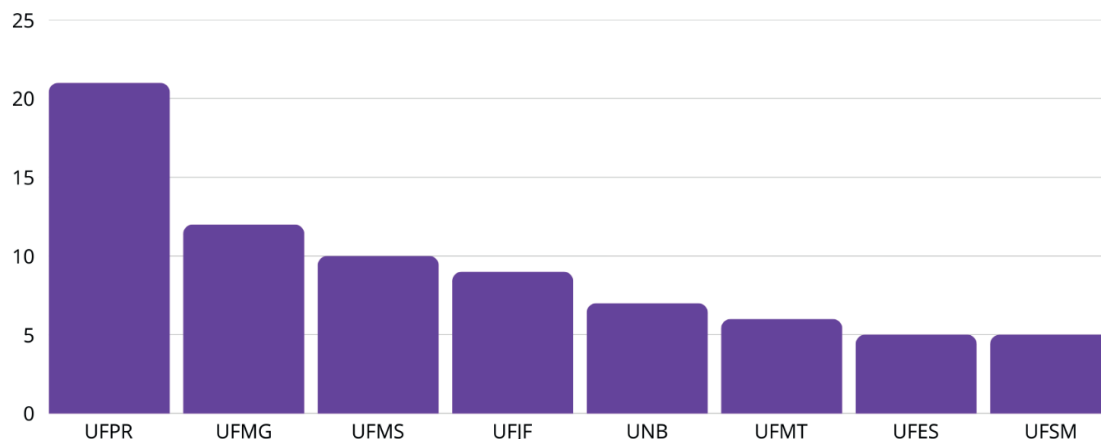
Gráfico 2 – Autorias que publicaram três artigos ou mais



Fonte: Produzido pelo autor.

Foram coletadas, ainda, as instituições de origem das pessoas autoras tanto para mapear essa informação quanto para avaliar quais regiões estão mais presentes no *corpus*. Nesse momento, optei por não destacar as coautorias interinstitucionais. O Gráfico 3 contém as instituições que apareceram cinco vezes ou mais.

Gráfico 3 – Instituições de origem das pessoas autoras



Fonte: Produzido pelo autor.

O número de palavras-chave varia entre três e dez. No total, foram coletadas 273 palavras-chave. A palavra enquadramento (ou *frame/ framing*) apareceu em 48 artigos (77%), conforme Tabela 1. Em nenhum dos 16 artigos restantes a definição de Entman (1993) para o conceito é citada, direta ou indiretamente. Além disso, nos dois artigos nos quais Judith Butler é a única autora relacionada ao conceito, o termo *enquadramento* não aparece nas palavras-chave. Destaca-se, ainda, que palavras relacionadas ao jornalismo (noticioso, jornalístico, da notícia) somam 10 menções, ou 20% do total.

Tabela 1 - Palavras-chave relacionadas a enquadramento

Palavra-chave	Nº de menções
enquadramento/enquadramentos	24
enquadramento noticioso	5
enquadramento jornalístico	4
análise de enquadramento	3
enquadramento midiático	2
enquadramento multimodal	2
<i>Framing</i>	2
enquadramento discursivo	1
enquadramento da notícia	1
enquadramento temático	1
diversidade de enquadramentos	1
<i>frame analysis</i>	1

Fonte: Produzido pelo autor.

Outras palavras que se repetiram três vezes ou mais foram: jornalismo (15)², comunicação (11)³, acontecimento (3), cobertura (3)⁴, covid-19 (3), Dilma/Dilma Rousseff (3), impeachment (3), memória (3)⁵, mulher/mulheres (3), política (3) e violência [contra mulheres/de gênero/sexual infanto-juvenil] (3).

De modo geral, os objetos de análise demonstram uma maior concentração de estudos relacionados

2 Incluídas telejornalismo, com três menções, jornalismo econômico, jornalismo impresso e jornalismo opinativo, com uma menção cada.

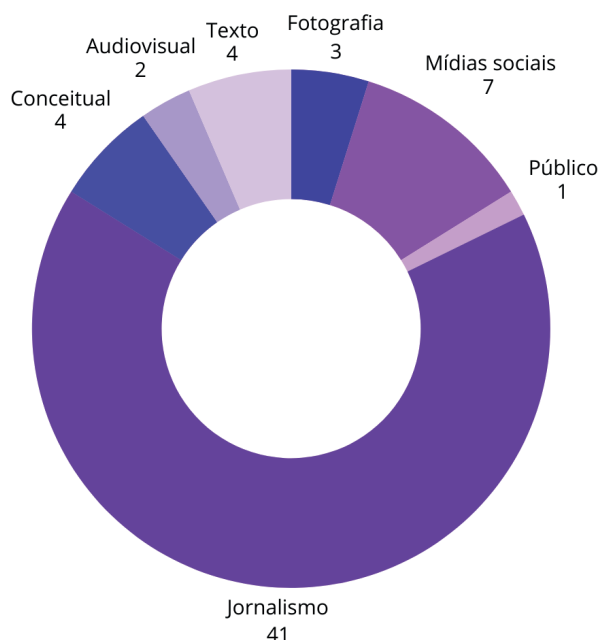
3 Incluídas comunicação face a face, comunicação organizacional, comunicação política e comunicação popular, com uma menção cada.

4 Incluídas cobertura dos jornais e cobertura midiática, com uma menção cada.

5 Incluída uma menção à memória jornalística.

ao jornalismo, predominante em 45 artigos (75%). Aqui incluem-se os artigos que tratam exclusivamente de objetos jornalísticos e aqueles que tratam de objetos diversos, mas nos quais o jornalismo assume protagonismo na análise. A distribuição de objetos de análise pode ser visualizada no Gráfico 4. *Texto* se refere a objetos textuais não exclusivamente jornalísticos, como literatura, pronunciamentos, relatórios etc.

Gráfico 4 – Objetos de análise



Fonte: Produzido pelo autor.

Para verificar as bases teóricas que fundamentam o debate em torno dos enquadramentos, foram coletadas 378 referências diretamente relacionadas ao conceito e listadas ao final dos artigos, descartando nomes citados no texto, em geral para contextualização, mas que não foram listados. Neste momento, pareceu relevante destacar as autorias centrais, de modo que a Tabela 2 lista os nomes citados mais de cinco vezes, ainda que com distintos textos. Coautorias foram consideradas separadamente.

Tabela 2 – Autorias citadas mais de cinco vezes

Posição	Autoria	Citações
1ª	Robert Entman	39
2ª	Erving Goffman	36
3ª	Mauro Pereira Porto	20
4ª	Paula Guimarães Simões	18
4ª	Ricardo Fabrino Mendonça	18
5ª	Todd Gitlin	14
5ª	William Gamson	14
6ª	Rousiley Maia	13
7ª	Ana Carolina Vimieiro	12
8ª	Gaye Tuchman	11
9ª	Vera França	9
10ª	André Modigliani	8
10ª	Kelly Prudêncio	8
11ª	Dietram A. Scheufele	7

11ª	Judith Butler	7
12ª	Frances Vaz	6
12ª	Holli A. Semetko	6
12ª	Jim A. Kuypers	6
12ª	Jörg Matthes	6
12ª	Paul D'Angelo	6
12ª	Stephen Reese	6
12ª	Terezinha Silva	6

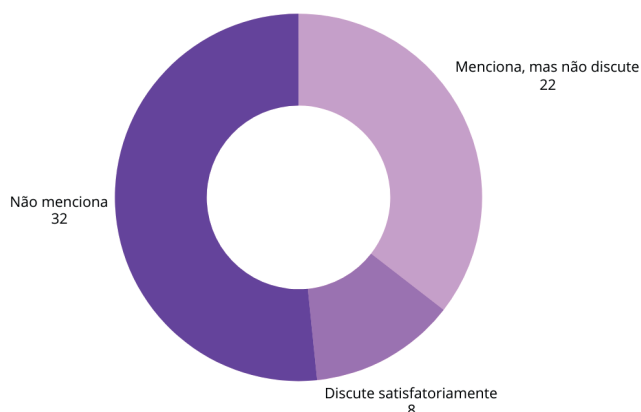
Fonte: Produzido pelo autor.

Ressalto a ausência de Bateson, autor que fundamenta as abordagens teóricas do enquadramento, citado apenas quatro vezes – o que reforça a tendência observada nos dados de uma abordagem predominantemente metodológica/operacional do conceito. A predominância de estudos relacionados ao jornalismo pode ser observada na liderança de Entman, inclusive em relação a Goffman. Além disso, convém sinalizar que algumas referências recorrentes são apresentadas como exemplos de pesquisas que fazem uso metodológico da análise de enquadramentos, ainda que não sejam significativamente discutidas.

Dada a destacada presença de objetos relacionados ao jornalismo, pareceu relevante avaliar se a agência do público estava sendo reconhecida. Em geral, parece que o jornalismo hegemônico foi tratado como uma fonte de poder absoluto na determinação do enquadramento, ignorando a capacidade do público de analisar criticamente o discurso jornalístico, bem como a complexidade inerente aos processos de produção de sentido – o que vai de encontro, ainda, às próprias bases do conceito de enquadramento (Berger, 2012; Goffman, 2012; Mendonça; Simões, 2012).

O reconhecimento da agência do público pode ser verificado no Gráfico 5: 22 artigos mencionam de maneira breve que o público participa ativamente no processo de produção de sentidos, mas não buscam analisar, mensurar ou examinar empiricamente tal dimensão na configuração dos enquadramentos discutidos; oito artigos, por sua vez, abordam efetivamente processos concretos de produção de sentido – por exemplo, apresentando dados empíricos para avaliar como se deu o processo de significação de um determinado discurso junto ao público e discutindo-os a fundo. De todos os artigos analisados, apenas quatro, todos presentes neste último grupo, se vinculam explicitamente aos estudos de recepção.

Gráfico 5 – Agência do público



Fonte: Produzido pelo autor.

A partir de alguns artigos presentes no *corpus*, mostra-se relevante o modo como as notícias falsas têm gerado impactos reais na sociedade, seja em campanhas eleitorais ou no caso da pandemia do

novo coronavírus. Ao analisar tal fenômeno e o papel da mídia de referência nele, as pessoas autoras, em geral, parecem apontar para uma visão do jornalismo hegemônico como uma instituição mais poderosa do que de fato é, obscurecendo o poder de manipulação das big techs, e para uma suposta ingenuidade inerente da população. Como consequência, acabam desconsiderando que os enquadramentos “são produtos da interação” e que “um *frame* revela uma estrutura interpretativa que atravessa todo o processo comunicativo, orientando a produção de formas simbólicas e sua leitura” (Mendonça; Simões, 2012, p. 197)

Três questões podem ser pensadas, a partir do que foi apresentado até aqui: 1. Como o impacto da recente perda de credibilidade do jornalismo hegemônico deve ser considerado nos estudos de enquadramento? 2. Como pensar as plataformas digitais como uma nova hegemonia, considerando que são controladas, de maneira significativamente opaca, por grandes empresas bilionárias? 3. Como considerar as especificidades desse cenário nos estudos de enquadramento?

O que está acontecendo?

Após a apresentação dos dados, algumas questões de natureza qualitativa podem contribuir para desenvolvimentos futuros a partir do presente estudo. Embora Goffman seja o segundo autor mais citado, apenas três artigos propõem uma análise de interações sociais entre pessoas, mediadas ou não. Isso sugere que, embora reconhecida, a formulação goffmaniana não é central nos artigos. Ao contrário de Entman, cujo trabalho embasa, de maneira fundamental, a análise de enquadramento no contexto jornalístico.

Em 29 (75%) dos artigos nos quais Entman é citado, a menção é feita ao texto *Toward Clarification of a Fractured Paradigm*, de 1993. Trata-se de um artigo curto, de oito páginas. Embora seja central em muitos estudos que tratam do enquadramento no contexto do jornalismo, o texto não costuma ser debatido em profundidade; as citações, tanto diretas quando indiretas, tendem a referenciar, inclusive, o mesmo trecho – a definição de enquadramento do autor, presente na página 52, foi reproduzida em 16 dos 29 artigos. Além disso, o próprio autor (Entman, 1993) argumenta que os quadros são uma articulação complexa entre emissor, receptor, mensagem e cultura, o que não é suficientemente considerado na maior parte dos artigos analisados – como demonstrado acima no Gráfico 5, em que a maioria dos textos não considera, por exemplo, a agência do público, focando predominantemente na ação dos veículos.

Assim, é importante chamar a atenção para o modo como essa predominância do jornalismo, além de sinalizar o objeto preferencial em torno do qual as teorias dos enquadramentos são mobilizadas, sugerem que essa tem sido a estância da comunicação privilegiada nos artigos analisados. Ademais, embora os enquadramentos sejam mencionados, poucos estudos fazem referência a quadros de sentido, ignorando as questões sociais mais amplas que dão sustentação a determinados enquadramentos. Assim, os enquadramentos acabam sendo entendidos de modo significativamente individualizado, como se estivessem “sob controle de indivíduos isolados” (Mendonça; Simões, 2012, p. 196), ignorando o conjunto das “regras implícitas que, por ‘definirem a situação’, configuram os significados gerados dentro dela” (Berger, 2012, p. 17).

Já com o objetivo de avaliar como os enquadramentos têm sido mobilizados no *corpus* da presente metapesquisa, seus usos foram classificados em teórico, metodológico ou teórico-metodológico. Esta classificação tem como objetivo evidenciar a riqueza e complexidade do conceito, uma vez que pode ser utilizado para discutir as interações de modo mais amplo, bem como suas regras implícitas (teórico), para a análise de objetos ou situações interativas concretas (metodológico) ou combinando as duas possibilidades (teórico-metodológico).

São entendidos como teóricos os artigos que, a exemplo de Mendonça e Simões (2012), se debruçam criticamente sobre as possibilidades de aplicação do conceito, ainda que discutindo as

possibilidades metodológicas que ele oferece – ou mesmo operacionalizando-as, porém sem que esta operação seja o objetivo principal do texto. Os artigos predominantemente metodológicos são aqueles que se baseiam em bibliografias de referência, como Entman (1993), Porto (2004) e Maia, Choucair e Sanglard (2022), para a análise de fenômenos empíricos concretos. As abordagens teórico-metodológicas, por sua vez, foram entendidas como aquelas que, embora se debrucem sobre um fenômeno empírico concreto, desenvolvem uma consistente reflexão teórica que sustenta a aplicação metodológica do conceito.

A grande maioria dos artigos (52, ou 84%) utiliza o enquadramento como recurso puramente metodológico. Desses, apenas quatro fazem uma boa discussão teórica para fundamentar sua aplicação. Ao fazer tal classificação, busquei avaliar, ainda, se a base sociológica do conceito foi considerada em sua aplicação, isto é, o modo como os quadros de sentido são convocados pelas pessoas em situações concretas de interação, e não necessariamente produzidos por essas mesmas pessoas. Entre os dez artigos restantes, dois fazem uma articulação teórico-metodológica e oito fazem um debate predominantemente teórico.

Argumento que tal classificação pode dar a ver uma apropriação superficial do conceito, sem a aproximação adequada com sua base teórica. Com isso, ignora-se que o enquadramento é uma “*ferramenta teórica* apta a captar a dimensão simbólico-interpretativa das relações sociais” (Mendonça; Simões, 2012, p. 187, grifo nosso). O que parece mais arriscado, nesse caso, é desconsiderar o fundamento do conceito, proposto por Bateson (2025) e sistematizado por Goffman (2012), que embasa a própria proposta de Entman (1993) e que parece fundamental para uma aplicação metodológica mais produtiva.

Ainda nesse sentido, foi possível verificar que a maioria das análises perde de vista um ponto fundamental da teoria dos enquadramentos: sua dimensão metacomunicativa, mencionada ou discutida em apenas seis artigos. Ainda que os discursos midiáticos pareçam um objeto de pesquisa recorrente nos estudos de enquadramento, ao darem prioridade para “análises de conteúdo discursivo, explorando as molduras e as saliências produzidas por enunciados” (Mendonça; Simões, 2012, p. 191), os artigos parecem ignorar, inclusive, a relevância da proposta teórica para análises em outras subáreas da comunicação.

Além disso, quando o enquadramento é entendido simplesmente como um viés mobilizado pelos veículos de comunicação, o conceito é significativamente descomplexificado, individualizado, ainda que as pessoas autoras anunciem o contrário no texto. Ou seja, embora o artigo afirme de maneira direta que o objeto jornalístico não determina o significado, nas análises a notícia é tomada como a única estância definidora do processo de produção de sentido; afirma-se, por exemplo, que o jornal *produz* o sentido, *constrói* o enquadramento, *determina* como uma questão será socialmente percebida etc. Além de desconsiderar a agência do público, fundamental no processo de comunicação, tais artigos ignoram a avalanche de informações, inclusive contraditórias, que influenciam os modos como a sociedade entende e interpreta determinado fenômeno ou acontecimento.

Também é importante pontuar que as análises de conteúdos discursivos, predominantemente do jornalismo, não pareceram considerar que os enquadramentos “se situam nos interlocutores, nos textos e na própria cultura. Assim, o poder de enquadrar algo não está em nenhuma dessas instâncias, mas *na relação entre elas*” (Mendonça; Simões, 2012, p. 193, grifo nosso). Isso pode ser pensado, ainda, em diálogo com o fato de que 56 artigos, o equivalente a 90%, ignora as relações de poder ou as aborda de modo insuficiente ou limitado, ainda que elas sejam centrais para a compreensão do fenômeno analisado.

Tal observação vai ao encontro do que concluíram Furtado e Sepúlveda (2022, p. 223) ao analisar “como as mortes violentas de pessoas ‘comuns’, causadas por manifestação de violências estruturais de raça, gênero e classe, são caracterizadas, contextualizadas e analisadas por artigos na área da Comunicação”. A autora e o autor concluíram, entre outras coisas, que tais mortes tendem a ser narradas de modo despolitizado, ignorando a dimensão estrutural da violência sofrida pelas vítimas, com especial ênfase ao silenciamento no que diz respeito ao racismo como elemento que fundamenta as mortes noticiadas (Furtado; Sepúlveda, 2022). Ao dialogar com o artigo de Furtado e Sepúlveda (2022), é possível

vislumbrar que o silêncio de jornalistas quanto às relações de poder que efetivamente contribuem para que algumas mortes sejam mais justificáveis que outras ecoa nas pesquisas que tomam as notícias como objeto de análise.

Voltando ao *corpus* da presente metapesquisa, pode-se tomar como exemplo um artigo que aborda notícias sobre um caso de violência que aconteceu em uma favela, mas não discute a dimensão racial de enquadramentos com foco no local do crime ou sugestão de uma suposta relação com o funk. Outro artigo, por sua vez, avalia a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff sem considerar que o gênero da ex-presidenta pode ter sido fundamental não apenas no golpe, mas também nos modos como a imprensa tratou o fato. Nestes casos, “os quadros deixem de ser pensados como estruturas complexas para se tornarem interpretações puramente estratégicas advogadas por atores específicos” ao passo em que “a análise de conteúdo reduz enquadramentos a temas facilmente delineáveis e quantificáveis” (Mendonça; Simões, 2012, p. 196). Nos artigos analisados foi possível encontrar, inclusive, palavras como *machismo*, *preconceito*, *discriminação*, *homofobia* etc., mas tais violências não foram discutidas em sua dimensão estruturante. Não obstante, Porto (2004, p. 79) já afirmava que: “Enquadramentos são [...] importantes instrumentos de poder”.

Porto (2004), a terceira autoria mais citada, “ênfatiza a existência de enquadramentos noticiosos e de enquadramentos interpretativos” (Mendonça; Simões, 2012, p. 191). Segundo o autor, “Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos [...], o ‘ângulo da notícia’” (Porto, 2004, p. 91). Os enquadramentos interpretativos, por sua vez, “são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc.” (Porto, 2004, p. 92). O autor acrescenta que, não obstante “os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística” (Porto, 2004, p. 92).

Os artigos analisados dão preferência ao enquadramento noticioso. Isso é sugerido no mapeamento das palavras com função adjetiva utilizadas para qualificar o enquadramento. O enquadramento noticioso foi mencionado em 26 artigos, ao passo em que o interpretativo foi citado em apenas nove. Outras palavras significativas, nesse contexto, foram *mediático/mediática*, presente em 22 artigos e *jornalístico*, presente em 14. Essas observações reiteram a centralidade do poder da mídia para recortar determinados assuntos e como devem ser compreendidos a partir de seus interesses, obstruindo a agência interpretativa do público. Ressalto que essas classificações não são mutuamente excludentes, isto é, as palavras podem ter sido citadas em um mesmo artigo.

Outra classificação relevante no *corpus* foi a divisão dos enquadramentos em episódicos – palavra citada em sete artigos – ou temáticos – palavra citada em 10 artigos –, conforme Iyengar (1990) – embora o autor não esteja na lista dos mais citados. Isso pode ter relação com o fato de Porto (2004), terceiro autor mais citado, apresentar uma breve discussão sobre o trabalho de Iyengar (1990). Nos artigos analisados, discute-se que a primeira abordagem é superficial, por se concentrar em um caso específico de violência contra uma mulher, por exemplo, enquanto a segunda abordaria determinada questão de forma mais aprofundada – seguindo o exemplo, como um caso de violência de gênero. Contraditoriamente, após a análise foi possível identificar que, em geral, a própria mobilização do conceito de enquadramento poderia ser entendida como episódica, na medida em que a maior parte dos artigos não se debruça significativamente sobre a dimensão estrutural ou geral dos fenômenos analisados. Tal observação repercute o que pontua Porto (2004, p. 86) ao afirmar que o “enquadramento episódico faz com que as pessoas atribuam a responsabilidade pelos problemas políticos e sociais a indivíduos, em lugar da consideração de forças ou fatores sociais mais amplos”. Assim, parece ser possível perceber por que os artigos dão pouca atenção às estruturas de poder que atravessam os objetos analisados.

Considerações finais

Uma dificuldade deste trabalho foi estabelecer um critério de inclusão; inicialmente, adotei a estratégia de coletar apenas artigos que utilizem a palavra enquadramento junto a alguma referência bibliográfica. No entanto, o uso denotativo da palavra possui um diálogo significativo com seu uso teórico-conceitual, de modo que foi preciso uma leitura atenta para avaliar se, mesmo em casos nos quais ela está referenciada em alguma autoria, ela é realmente um conceito chave. A polissemia do termo, apontada em estudos anteriores (Mendonça; Simões, 2012; Porto, 2004), pode ser um fator importante quando se considera a ausência de debates teóricos significativos sobre o conceito nos textos que se apropriam dele metodologicamente.

Embora alguns trabalhos tenham aproximado a filósofa Judith Butler do sociólogo Erving Goffman, após este estudo acredito que essa aproximação é significativamente frágil. Nas principais obras citadas quando essa articulação é feita, Butler (2015, 2023) não estabelece um diálogo sólido e direto com os trabalhos do sociólogo. Nesse sentido, a articulação pode estar baseada na *Nota da editora* que abre as edições brasileiras de *Quadros de guerra*, e na polissemia que a palavra enquadramento carrega. Tal polissemia pode ser facilmente observada na literatura – inclusive no recorte produzido na seleção do *corpus* desta metapesquisa. Para verificar com maior precisão essa questão, pode ser interessante avaliar, em periódicos estrangeiros, se tal articulação conceitual também tem sido feita.

Acredito que um ponto importante seja, talvez, pensar os quadros como parte de operações criativas. Vários trabalhos que abordam os quadros de sentido (França; Silva; Vaz, 2014; Goffman, 2012; Martino, 2021; Mendonça; Simões, 2012; Messias, 2024) reiteram que, embora eles não sejam criados pelos sujeitos no momento da interação, também não são fixos, mas construídos coletivamente, tensionados, modificados etc. Nesse sentido, pode ser interessante, do ponto de vista teórico-metodológico, pensar que o enquadramento não é apenas uma operação de recorte da realidade – perspectiva que predomina nos estudos de objetos jornalísticos –, mas uma relação complexa efetivamente estabelecida nas situações de interação entre seres humanos, mediadas ou não.

A primeira perspectiva parece priorizar um uso mais denotativo da palavra, que se aproxima, metaforicamente, da noção de enquadramento em fotografia ou no audiovisual, isto é, um recorte da realidade, um viés, um modo correto de ver e compreender uma situação. Por outro lado, ao optar pelo entendimento do quadro como uma matriz mais complexa para compreensão da realidade – um conjunto de lentes ou filtros combinados (e negociados) pelos sujeitos envolvidos na interação, em certo aspecto –, pode haver um ganho com a reaproximação do conceito de suas bases (Bateson, 2025; Goffman, 2012). Com isso, seria possível desvelar questões mais amplas, que se estendem para além dos limites do fenômeno empírico analisado. Tal movimento pode ser especialmente frutífero para evidenciar as relações de poder inerentes à sociedade e, consequentemente, aos processos de enquadramento.

Pensando a partir da fotografia, para não nos afastarmos de uma comparação já consolidada, talvez as lentes, e não o enquadramento, sejam metáfora mais adequada. Isso porque a objetiva de uma câmera não é formada por uma lente única, mas por um conjunto. Assim, pode-se dialogar, inclusive, com a combinação das duas vertentes mais promissoras apontadas por Mendonça e Simões (2012), isto é, a análise de situações interativas e de conteúdos discursivos. O enquadramento, portanto, poderia ser pensado como um regime de inteligibilidade, não apenas de visibilidade; não é sobre *o que* ele dá a ver, mas sobre *como* ele visa regular nossa compreensão – sem, é importante sinalizar, ignorar a nossa participação efetiva nos processos de produção de sentidos.

Por se limitarem à análise do elemento discursivo, a maioria dos artigos ignora tanto a dimensão metacomunicacional dos fenômenos analisados quanto as relações de poder que os estruturam. Para pensar a combinação dessas lentes, uma referência importante pode ser o trabalho de Patricia Hill Collins (2022), por exemplo. Dialogar com a sensibilidade analítica proposta pela interseccionalidade pode nos ajudar a compreender a complexidade dos fenômenos analisados a partir do enquadramento, sem priorizar

determinados elementos e ignorar outros.

Nesse sentido, esta metapesquisa funciona, de certa forma, como os próprios artigos. Em outras palavras, o que está sendo proposto aqui é a percepção de como os artigos tentam mobilizar enquadramentos a respeito da teoria dos quadros de sentido. Pensar nos enquadramentos dos artigos analisados contribui para revelar como elas partem, também, do desejo de enquadrar a questão analisada. Esse ponto pode ser significativamente revelador se tomado como central em pesquisas futuras. É importante pontuar aqui, ecoando o que foi discutido anteriormente, que essa tentativa de enquadrar se produz na relação entre os artigos, não por cada um deles individualmente.

Para pensar uma reaproximação do enquadramento com suas origens, também pode ser promissor desenvolver um protocolo que tome como ponto de partida a *gramática* goffmaniana. Assim, talvez seja possível considerar se os estudos de enquadramento utilizam outros termos desenvolvidos pelo autor em sua teoria, como: esquemas primários, tons e tonalizações, tramas e maquinações, atividade fora de quadro, ancoragem, rupturas etc. (Goffman, 2012).

Retomando o alerta de Mendonça e Simões (2012, p. 187), os resultados desta pesquisa sugerem que o enquadramento pode estar sofrendo certa “perda de precisão conceitual”. Isso pode ser notado, inclusive, na ausência de citações para defini-lo, uma vez que as referências são significativamente mais frequentes para exemplificar ou explicar a aplicação metodológica. O conceito parece significativamente deslocado de sua riqueza teórica para ser aplicado como um método simples, desconsiderando sua profundidade analítica, bem como a heterogeneidade do processo comunicativo como um todo – por exemplo, ao analisar como uma notícia enquadra determinado assunto, o enquadramento tende a ser tomado como um simples viés, ignorando a complexidade dos processos de produção de sentidos. Em outras palavras, esses trabalhos tomam os veículos como poderes absolutos que determinam como as pessoas leitoras devem pensar, ignorando o contexto no qual efetivamente se dá o processo de significação.

Outra consequência perigosa prevista, a utilização do conceito “com sentidos diferentes e, muitas vezes, conflitantes” (Mendonça; Simões, 2012, p. 187), também foi verificada nos artigos analisados. Em alguns, por exemplo, existe uma evidente confusão entre os conceitos de quadros de sentido e enquadramento, isto é, os dois são tomados como sinônimos, indo de encontro às principais referências citadas no *corpus*.

É relevante sinalizar a pouca presença de estudos que se debruçam especificamente sobre situações interativas ou que discorram sobre elementos metacomunicativos. É importante acrescentar a riqueza teórica do enquadramento não é refratária ao campo da Comunicação, pelo contrário. As proposições de Goffman (2012) são significativamente profícuas para a análise de situações interacionais. Para valorizar a riqueza de tal aporte seria preciso ter em mente que as operações de enquadramento emergem na complexidade de discursos, na interação, no “processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos”, conforme afirma França (2001, s.p.) ao abordar o paradigma da Comunicação de modo mais amplo.

Como convite à reflexão, acredito que seja possível questionar, a partir do exposto, se o enquadramento é o marco teórico mais adequado para as análises presentes no *corpus* da presente metapesquisa. Não quero dizer, com isso, que haja uma incompatibilidade entre a teoria dos quadros de sentido e os objetos predominantemente jornalísticos, mas que os estudos analisados carecem de uma ampliação do olhar que considere, de maneira explícita, a complexidade dos processos comunicativos, aquilo que efetivamente se produz na interação – o que, embora fundamental, tem sido ignorado.

Ao perder de vista a dimensão interacional dos processos de produção de sentido, o *corpus* analisado parece contradizer não apenas o campo da Comunicação, mas também uma parte da teoria dos enquadramentos e da *gramática* goffmaniana que permite evidenciar a participação de pessoas interlocutoras – e não de emissores e receptores – nos processos de interação social de produção, circulação e interpretação de sentidos. Ou seja, a maioria dos artigos analisados “tratam de elementos presentes no processo comunicativo

e deixam de responder e apreender a comunicação” (França, 2001, s.p.), ecoando um paradigma puramente informacional.

Por fim, defendo que uma ampliação da empiria pode contribuir para estabelecer diálogos mais profundos com este rico marco teórico-metodológico. Ao analisar textos de naturezas distintas de um mesmo veículo, por exemplo, Quirino e Moura (2019) conseguem oferecer um olhar mais abrangente sobre os quadros de sentido que atravessam o fenômeno analisado, com especial atenção aos eixos de poder e suas interseccionalidades. Miranda, Rodrigues e Carvalho (2018), por sua vez, sugerem um caminho interessante ao analisar a atuação da ex-vice-governadora do Tocantins, Cláudia Lélis, nas entrevistas concedidas, assim como Oliveira et al. (2021), que analisam tanto as notícias quanto sua repercussão junto ao público. Outra possibilidade interessante seria analisar como uma mesma questão é tratada em distintos meios de comunicação (Messias, 2024).

Reafirmo: é na complexidade das interações que o enquadramento efetivamente se dá a ver. O problema identificado não é, portanto, a predominância do jornalismo, mas a exclusividade do texto jornalístico no processo de produção de sentido, excluindo a sua repercussão junto aos públicos, seu contexto de produção, sua dimensão política, cultural etc.

Referências

BARBOSA FIALHO MARTINS, R. Luciano Huck na Amazônia: a performance do apresentador no debate climático-ambiental. *Esferas*, [s. l.], v. 3, n. 31, 2024. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/15317>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BATESON, G. Uma teoria da brincadeira e da fantasia. In: BATESON, G. **Rumo a uma ecologia da mente**. São Paulo: Ubu Editora, 2025. p. 197–211.

BERGER, B. M. Prefácio. In: GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15–22.

BONIN, J. A. A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. In: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. M. (org.). **Experiências Metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 310–326.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Vida precária**: Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. *Journal of Communication*, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 870–888, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2002.tb02578.x>. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/52/4/870/4110180?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 24 ago. 2026.

DUARTE, R.; MOREIRA BARROSO, L. Uma análise da identidade indígena no enquadramento midiático da rapper Katumirim. *Esferas*, [s. l.], v. 3, n. 31, 2024. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/15290>. Acesso em: 30 abr. 2026.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/43/4/51/4160153?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 24 ago. 2026.

FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. **C-Legenda**, Rio de Janeiro, n. 5, 2001. Disponível

em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784>. Acesso em: 24 ago. 2026.

FRANÇA, V.; SILVA, T.; VAZ, G. F. F. Enquadramento. In: FRANÇA, V.; MARTINS, B. G.; MENDES, A. M. (org.). **Grupo de pesquisa em imagem e sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PPGCom - UFMG, 2014. p. 82–85.

FURTADO, L. Que decolonialidade é essa nos estudos comunicacionais? Questões raciais na práxis decolonial no campo da Comunicação (2014-2023). In: 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/que-decolonialidade-e-essa-nos-estudos-comunicacionais-questoes-raciais-na-praxi?lang=pt-br>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FURTADO, L.; SEPÚLVEDA, L. A. Morte e epistemicídio: silêncios e ausências nas produções acadêmicas em Comunicação sobre assassinatos. **Comunicação & Sociedade**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 219–249, 2022. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/438>. Acesso em: 12 ago. 2026.

GAMSON, W. **Talking politics**. Cambridge/Nova York/Melbourne: Cambridge University Press, 1992.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left**. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, T. A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo. **Caleidoscópio**, [s. l.], n. 5/6, 2005. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/pt/article/view/2268>. Acesso em 24 ago. 2026.

HANGAI, L. A. A framing analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em comunicação. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, [s. l.], v. 1, n. 3, 2012. DOI: 10.5380/am.v1i3.28658. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/28658>. Acesso em: 24 ago. 2026.

IYENGAR, S. The accessibility bias in politics: television news and public opinion. **International Journal of Public Opinion Research**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1–15, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1093/ijpor/2.1.1>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ijpor/article-abstract/2/1/1/659778?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 26 ago. 2026.

MAIA, M. R.; SILVADO, S. C. O Arquidiocesano: jornal propagandeou discurso anticomunista antes e após o Golpe de 1964. **Revista brasileira de história da mídia**, São Paulo, ano 13, n. 1, jun. 2024. Dossiê temático, p. 132–150. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/20648>. Acesso em 24 ago. 2026.

MAIA, R. C. M.; CHOUCAIR, T.; SANGULARD, F. N. Análise de enquadramentos. In: MAIA, R. C. M. (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 109–127.

MARTINO, L. M. S. **10 lições sobre Goffman**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 27, n. 79, p. 187–201, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Acesso em 24 ago. 2026.

MESSIAS, F. Reenquadrando fotografias: Enquadramentos acionados pela imprensa a partir da exposição Chichico Alkmim, Fotógrafo. In: 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/reenquadrando-fotografias-enquadramentos-acionados-pela-imprensa-a-partir-da-exp?lang=pt-br>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MIRANDA, C. M.; RODRIGUES, P. C.; CARVALHO, R. C. Comunicação, política e gênero: análise do enquadramento jornalístico do discurso da primeira vice-governadora do Estado do Tocantins. **Revista**

Observatório, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 411–441, 2018. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p411. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5625>. Acesso em: 24 ago. 2026.

MONTORO, T.; FERREIRA, C. Gênero e raça: um mergulho nos estudos de comunicação e recepção. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [s. l.], v. 13, n. 25, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5902/2175497713041>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/13041>. Acesso em 24 ago. 2026.

MOREIRA MENDES, C.; MATTOS, M. Â.; OLIVEIRA DOS SANTOS, A. Metapesquisa dos conceitos de desinformação e termos congêneres em artigos publicados no Portal de Periódicos Capes entre 2020-2022 no contexto pandêmico: abordagem quantitativa. **Revista Eco-Pós**, [s. l.], v. 26, n. 01, p. 237–267, 2023. DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28029. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28029. Acesso em: 24 ago. 2026.

OLIVEIRA, T.; ARAUJO, R. F.; CERQUEIRA, R. C.; PEDRI, P. Politização de controvérsias científicas pela mídia brasileira em tempos de pandemia: a circulação de preprints sobre Covid-19 e seus reflexos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 30-52, jan./jul. 2021. Disponível em: https://rbhm.revistaalcar.org/index.php/rbhm/pt_BR/article/view/153. Acesso em: 26 ago. 2026.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador/São Paulo: Edufba/Editora da Unesp, 2004.

POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Fronteiras - estudos midiáticos**, [s. l.], v. 16, n. 3, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2014.163.02>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.163.02>. Acesso em: 26 ago. 2026.

PURIFICAÇÃO MELO, P. V. Tendências de pesquisa em Comunicação e Relações Raciais no Brasil: análise da produção em eventos científicos de Comunicação (2022-2023). **Esferas**, [s. l.], n. 28, 2023. DOI: 10.31501/esf.v1i28.14684. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14684>. Acesso em: 24 ago. 2026.

QUESADA TAVARES, C.; GOULART MASSUCHIN, M.; LIMA DE SOUSA, L. À quem recorreremos quando falamos sobre gênero na Comunicação? Aspectos de colonialidade e decolonialidade a partir da bibliografia utilizada nas pesquisas da área. **Comunicação Mídia e Consumo**, [s. l.], v. 18, n. 51, p. 59, 2021. DOI: 10.18568/cmc.v18i51.2534. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/36>. Acesso em: 24 ago. 2026.

QUIRINO, K. T. M.; MOURA, D. O. Enquadramentos Midiáticos, Interseccionalidade e o Genocídio de Jovens Negros Brasileiros análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 191–222, 2019. DOI: 10.29146/eco-pos.v22i2.22518. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/10. Acesso em: 24 ago. 2026.

SANTA-CRUZ, L.; LUCIANO, L. Enquadramentos jornalísticos na cobertura do processo constituinte de 1988. **Revista brasileira de história da mídia**, São Paulo, ano 13, n. 2, jul. 2024. p. 232–251. Disponível em: https://rbhm.revistaalcar.org/index.php/rbhm/pt_BR/article/view/67. Acesso em: 26 ago. 2026.

SIMÕES, P. G. et al. Mapeando o Campo da Comunicação no Brasil: desafios e descobertas metodológicas de uma metapesquisa. **Intexto**, [s. l.], p. 56–71, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/85730>. Acesso em: 12 ago. 2026.